

A Conservação dos Recursos Naturais Base do Crescimento Económico e do Bem-Estar Social a Médio Longo Prazo: o Maior Desafio Comum!!!!

Eugénio Menezes de Sequeira

Liga para a Protecção da Natureza

Quando agora se fala da Dimensão Económica e Social do Desenvolvimento, isto é da Estratégia de Lisboa, quase todos se esquecem da Estratégia de Gotemburgo, ficando completamente apagada a questão ambiental e a governança. Esquecem-se que não existe crescimento económico sustentável sem que se garanta a conservação dos recursos que o permitem, isto é, sem que se garantam os recursos base desse crescimento no futuro.

Sem que as componentes ambientais naturais (recursos naturais), ar, água, solo e subsolo, flora, e fauna (diversidade biológica), e sem as componentes ambientais humanas, a paisagem, o património natural e construído e sem que se acabe com a degradação do território (poluição), não existe de facto Desenvolvimento.

O crescimento económico conseguido à custa da degradação de recursos, de difícil ou impossível recuperação (recursos renováveis ou não) a médio e longo prazo, é má governação, comprometendo a qualidade de vida de amanhã, mesmo à distância de poucos anos.

É e foi assim que se compromete a continuidade do desenvolvimento de muitos países pelas alterações climáticas, foi assim que se pôs em causa o futuro agrícola de Portugal por muitos anos com a campanha do trigo (são necessários milhares de anos para repor os solos degradados no Alentejo e Beiras), foi assim que o Mar Aral se degradou, tudo à conta de uma visão míope do crescimento económico de curto prazo.

Quando agora se fala da necessidade de redução das emissões de gases com efeito de estufa para minorar os efeitos das alterações climáticas, esforço absolutamente imprescindível, tal não pode servir para outro erro estratégico irreparável.

Para salvar um dos recursos base, para minorar um impacto incontestável e de efeitos que embora não totalmente conhecidos, já se sabe que serão irreparáveis para o planeta e para o nosso desenvolvimento, não se pode colocar outros recursos em causa, pois tal implica que não conseguimos entender as causas dos erros que nos colocaram na actual situação.

A pergunta “Ambiente e Energia: Desafios Comuns?” só pode ter resposta positiva, isto é, a resposta resultante do desenvolvimento sustentável. Nada justifica que se ponha em causa o desenvolvimento futuro, isto é, não podemos deixar de proteger e até melhorar os recursos necessários ao desenvolvimento, e portanto ao crescimento económico futuro.

Para a produção dos combustíveis de origem biológica (biodiesel e álcool), não se poderá por em causa a qualidade do solo, da água, a diversidade biológica e a paisagem de forma irreversível.

A energia produzida terá que ser pelo menos 10% maior (diria mesmo 20%) que a energia gasta na sua produção, incluindo uma visão do berço à cova. Tal inclui a energia para a produção – combustível mas máquinas agrícolas da sementeira à colheita, energia incluída nos adubos (em especial nos nitratos), energia consumida na rega (incluindo a bombagem no agricultor, mas também o custo energético do transporte da água – bombagens da barragem até ao agricultor) – a energia da transformação industrial, etc.. Tem que se considerar que existe uma competição em termos de dedicação do recurso solo entre a área dedicada ao abastecimento de energia com a produção alimentar e com a conservação da biodiversidade.

Estes temas estão em debate na União Europeia⁽¹⁾ sendo cada vez mais claro que a segurança do abastecimento energético dos países e da Europa não pode ser obtido à custa

da insegurança no abastecimento alimentar e da degradação do solo, da água e da diversidade biológica.

De facto, a Agência Europeia do Ambiente recomenda para a bioenergia na Europa:

Que 30% da superfície agrícola até 2030 seja dedicada às explorações agrícolas orientadas para o ambiente (Explorações de Alto Valor Ambiental bem mais do que as que se encontram na Rede Natura);

Que a agricultura extensiva seja mantida: pastagens extensivas, olivais tradicionais, montados, lameiros, etc;

Que pelo menos 3% da agricultura intensiva seja abandonada como compensação ambiental;

Que sejam usadas culturas bioenergéticas de baixo impacto ambiental;

Que as áreas protegidas florestais sejam mantidas e que os resíduos nessas áreas não sejam retirados, nem sejam efectuados cortes complementares, bem como que a remoção de resíduos florestais seja adaptado à capacidade do local, não retirando nunca as raízes e as folhas para não causar danos;

Que os cortes florestais sejam reduzidos aumentando as áreas de florestas protegidas;

Que sejam adoptadas estratégias ambiciosas de redução de desperdícios.

Num país mediterrânico com enormes riscos de desertificação, por erosão dos solos, por impermeabilização dos melhores solos⁽²⁾ (*soil sealing*), por salinização e sodização dos solos e degradação das águas, riscos estes muito agravados pelas alterações climáticas, são necessários cuidados acrescidos na tomada de decisões sobre a pressão sobre estes recursos incluindo a intensificação da produção agrícola.

Sem solos com um mínimo de qualidade não é possível garantir o abastecimento alimentar, em especial em situações de crise e coloca o país numa situação de dependência absoluta do Exterior. Sem água de qualidade o país fica em situação de total fragilidade em relação ao abastecimento de alimentos e de água em especial em situações de seca como foi a de 2005.

Portugal, tal como os países mediterrânicos europeus, concentra a maioria da diversidade biológica europeia, sendo que cerca de 80 % desta diversidade depende directa e indirectamente da actividade agrária, pelo que não podemos impunemente por em causa um recurso que é da humanidade e em relação ao qual nos comprometemos (Countdown 2010).

(1) How much bio - energy can Europe produce without harming the environment? EEA Report N° 7/2006
Energy and Environment in the European Union. Tracking progress towards integration. EEA Report N°8/2006
Biofuel issues in the new legislation on the promotion of the renewable energy. Public consultation exercise, April – May 2007. Energy and Transport Directorate-General, European Commission)

(2) Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council, establishing a framework for the protection of the soil and amending Directive 2004/35/EC COM(2006) 232 final, 2006/0086(COD), Brussels 22.09.06